



Nota das centrais sindicais

Flávio Bolsonaro não defende o trabalhador, ele só quer o seu voto

Há apenas cinco meses, em maio de 2026, o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro criticou a proposta que prevê o fim da escala 6x1 durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e defendeu uma jornada flexível: “Por que não é o trabalhador que, conforme as suas necessidades, é quem pode escolher sua jornada de trabalho? Muitas pessoas querem trabalhar mais, e a PEC [do fim da escala 6x1] pode engessar quem quer trabalhar mais”, disse.

Sabemos, porém, que não é assim que a economia funciona. O trabalhador, sozinho, não tem condições de negociar jornada, salário e direitos diretamente com o patrão em igualdade de condições. A necessidade de manter o emprego limita seu poder de negociação e dificulta a conquista de melhores condições de vida.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, o vice-presidente Geraldo Alckmin explicou o modelo de jornada defendido por Flávio: remuneração por hora, com convocação conforme a necessidade da empresa, como o trabalho intermitente, modalidade prevista na legislação brasileira desde a reforma trabalhista de 2017 e criticada por precarizar as relações de trabalho.

Alckmin comparou esse modelo à dinâmica do futebol: a empresa teria uma espécie de banco de reservas de trabalhadores, acionados conforme a demanda. Sem jornada fixa, trabalhar-se-ia alguns dias no mês, sem convocação nos demais. A remuneração dependeria da quantidade de horas efetivamente trabalhadas e, nos meses com poucas convocações, poderia receber menos do que um salário mínimo.

Além da remuneração por hora, o plano de governo de Flávio propõe medidas que podem aprofundar a precarização do trabalho, como a contratação de jovens a um custo menor e a redução dos custos trabalhistas para as empresas. A ênfase na negociação individual também pode enfraquecer a organização coletiva dos trabalhadores, que dependem do emprego e têm pouca margem para negociar. Somam-se a isso propostas de revisão das previdenciárias, com redução dos reajustes das aposentadorias.

Por outro lado, o plano de Luiz Inácio Lula da Silva reúne compromissos que não constam no de Flávio Bolsonaro: o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial; uma política permanente de valorização real do salário mínimo; o combate à pejetização fraudulenta; a regulamentação do trabalho por aplicativos e plataformas digitais; a igualdade salarial entre homens e mulheres; e o combate ao trabalho infantil e ao trabalho análogo à escravidão.

A repentina mudança de posição de Flávio sobre o fim da escala 6x1 levanta dúvidas, pois não condiz com as diretrizes de seu plano de governo. Ele já afirmou, inclusive, que, se eleito, defenderá a revisão da medida, conforme foi noticiado em meios de comunicação nesta quarta-feira (14).

Diante dessas contradições, há motivos para questionar a sinceridade de seu apoio ao fim da escala 6x1. Seu discurso busca conquistar o voto do trabalhador, mas as propostas que apresenta apontam para o enfraquecimento dos direitos de quem trabalha.

Brasília, 14 de outubro de 2026

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Sonia Zerino, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora

José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor